

Decisão sobre procedimentos de contratação pública de serviços pela Ordem, CDN e Regiões

1. Introdução

O Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), publicado ao abrigo do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, refere na sua Parte I – Âmbito de Aplicação, Título I – Disposições Gerais, Artigo 1º - Âmbito, nº 2 “O regime da contratação pública estabelecido na Parte II do presente Código é aplicável à formação dos contratos públicos, entendendo-se por tal todos aqueles que, independentemente da sua designação e natureza, sejam adjudicados pelas entidades adjudicantes referidas no presente Código.

No Artigo 2º do CCP são elencadas as entidades adjudicantes e de entre elas figuram as Associações Públicas, entidades nas quais a Ordem dos Engenheiros está incluída.

O CCP entrou em vigor 6 meses após a sua publicação que teve lugar no dia 29 de janeiro de 2008.

Como é do conhecimento do CDN o CCP estabelece no seu artigo 128º um regime simplificado descrito nos pontos 1, 2 e 3 do referido artigo e que se transcrevem a seguir:

1 — No caso de se tratar de ajuste direto para a formação de um contrato de aquisição ou locação de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não seja superior a € 5000, a adjudicação pode ser feita pelo órgão competente para a decisão de contratar, diretamente sobre uma fatura ou um documento equivalente apresentado pela entidade convidada.

2 — À decisão de adjudicação prevista no número anterior está subjacente a decisão de contratar e a decisão de escolha do ajuste direto nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º

3 — O procedimento de ajuste direto regulado na presente secção está dispensado de quaisquer outras formalidades previstas no presente Código, incluindo as relativas à celebração do contrato e à publicitação prevista

Acima de € 5000 o CCP impõe procedimentos específicos e condicionados pelos valores em jogo que, ou pelo carácter “monopolista” das entidades adjudicatárias (caso da EDP e CTT, até há pouco tempo) ou por, tradicionalmente, a Ordem efetuar a prorrogação de contratos de serviços com entidades que considera prestarem um trabalho aceitável, não têm vindo a ser cumpridos pese embora se terem passado mais de 6 anos sobre a entrada em vigor do CCP.

Haverá pois que com a máxima urgência elaborar processos de concurso para a contratação de serviços que neste momento estão a cargo das entidades referidas no capítulo seguinte.

2. Contratos em vigor

Neste capítulo elencaremos os contratos que estão em vigor bem com as entidades com quem foram celebrados. Incluiremos ainda para cada um e se for oportuno, as particularidades que consideramos relevantes.

Assim temos:

Seguro de Saúde – AXA Portugal, S.A.- O contrato está em nome da Ordem dos Engenheiros mas o CDN e cada Região tem a sua apólice. Este contrato pode ser denunciado a qualquer momento.

Acidentes de Trabalho - Liberty Seguros, S.A. — Durante alguns anos a Ordem teve um contrato renovável com a Liberty que englobava o CDN, a Região Sul e a S. R. Açores, que ultrapassava o valor de € 5000, o que não permitiria um regime simplificado.

Em março de 2014 a Região Sul fez uma consulta a 6 empresas e adjudicou à Lusitânia um contrato válido por um ano, com valor inferior a 5000,00€. Atualmente, a Região Sul vai iniciar o lançamento de um procedimento de Ajuste Direto, com convite a 6 seguradoras, para a contratação do seguro, agora renovável até 3 anos.

Entretanto o CDN adjudicou este seguro, no início de 2015, à Liberty por um valor anual abaixo dos € 5000, por um ano prorrogável.

Seguros de incêndio e recheio dos edifícios Sidónio Pais, Ventura Terra e Restelo - Liberty Seguros, S.A. – Este seguro ultrapassa largamente o valor de € 5000 pelo que haverá que preparar um procedimento de contratação pública à luz do CCP. Chamamos a atenção, no entanto, que consideramos imprescindível efetuar uma análise detalhada às condições particulares destas Apólices, que poderá ser feita pelo nosso habitual assessor Sr. Marques Ferreira e que, simultaneamente, deve ser feita uma avaliação dos imóveis e respetivos recheios, bem como uma avaliação de risco para cada imóvel.

Prestação de Serviços de Vigilância - Prosegur

O contrato é datado de 1998, com a duração de 12 meses, com início em 1 de agosto de 1998, renovando-se automaticamente por iguais períodos, se não for rescindido pelo Cliente, através de cata registada com aviso de receção, até 90 (noventa) dias antes do final do período em curso.

A revisão de preços assume um carácter pouco objetivo como evidencia o capítulo do Contrato – Alteração das Prestações Mensais – que transcrevemos:

- 1. O preço mensal do serviço será ajustado sempre que se verifiquem alterações de encargos salariais ou de outras prestações pecuniárias, devidas ao pessoal Vigilante, e decorrentes de disposições legais ou de contratação coletiva do setor*
- 2. O reajustamento de preços decorrente de outras variações de custos, deverá ser comunicado ao Cliente com um mínimo de 30 (trinta) dias antes da sua efetivação, podendo ambas as partes rescindir o Contrato com um pré-aviso de 15 (quinze) dias, em caso de falta de acordo.*

Atualmente o valor que pagamos mensalmente à Prosegur é de 6.946,29 € + IVA.

O serviço inclui a presença de um vigilante durante as 24 horas de todos os dias do ano.

Os valores em jogo obrigam a um concurso público à luz do CCP.

Serviços Postais – CTT – Correios de Portugal, S.A. – A Lei n.º 17/2012 estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, transpondo a Diretiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008, que altera a Diretiva n.º 97/67/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro de 1997, no respeitante à plena realização do mercado interno dos serviços postais da Comunidade.

Acontece que a prestação de serviços postais, com exceção dos serviços de transporte urgente e dos indicados no parágrafo imediatamente abaixo, é feito em Portugal por uma única entidade os CTT – Correios de Portugal, S.A. e regulado pelo ICP — Autoridade Nacional de Comunicações (ICP - ANACOM) pelo que não está submetida à concorrência do mercado não se colocando, neste caso, a necessidade de qualquer concurso à luz do CCP.

Consideram-se na categoria dos serviços postais explorados em concorrência, os envios de correspondência cujo preço seja superior a duas vezes e meia a tarifa de referência (Correio Azul até 20g), desde que o seu peso seja superior a 50g (excluem-se os serviços reservados). Deverão por isso os serviços jurídicos analisar se há necessidade de efetuar um procedimento de contratação pública para o envio da revista Ingenium.

Por sua vez e tal como já referido o serviço postal de transporte urgente, nacional e internacional, é feito por várias entidades no entanto os valores em jogo para os serviços que, quer o CDN quer as Regiões utilizam não ultrapassam os 5000 euros e como tal não há necessidade de procedimentos especiais.

Fornecimento de energia elétrica – EDP – Neste momento a situação no que diz respeito ao fornecimento de energia é a seguinte:

O CDN e a Região Sul: ainda se mantêm no mercado regulado e o valor médio mensal da faturação (incluindo as Delegações) é de cerca de € 5 000.

Delegações distritais da Região Sul – estão já no mercado liberalizado.

O contrato pode ser denunciado a qualquer altura.

As Regiões Norte e Centro também são clientes da EDP.

Uma vez que neste momento há vários fornecedores a concorrer no mercado, há necessidade de efetuar um concurso público à luz do CCP, abrangendo, pelo menos, o CDN e a Região Sul.

Serviços de Limpeza – Climex – Controlo de Ambiente S.A. -

O contrato é de outubro de 1998, com a duração de 12 meses, renovando-se automaticamente por iguais períodos, se não for rescindido pelo Cliente, através de cata registada com aviso de receção, até **90 (noventa) dias** antes do final do período em curso.

Atualmente o valor mensal pago é de 4.199,32 € + IVA.

Este valor mensal obriga a um concurso público à luz do CCP.

3. Tipos de Procedimentos e seus Condicionamentos

De acordo com o artigo 16º do CCP para a formação de contratos cujo objeto abranja prestações que estão ou sejam suscetíveis de estar submetidas à concorrência de mercado, as entidades adjudicantes devem adotar um dos seguintes tipos de procedimentos:

- a) Ajuste direto;
- b) Concurso público;
- c) Concurso limitado por prévia qualificação;
- d) Procedimento de negociação;
- e) Diálogo concorrencial.

Os três primeiros são os mais utilizados e apenas em situações muito especiais, que não se vislumbram de acontecimento a curto prazo a Ordem irá adotar as duas últimas modalidades.

Por outro lado o artigo 20º do CCP no seu número 1 que transcrevemos refere:

1 — No caso de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de contratos de aquisição de serviços:

a) A escolha do ajuste direto só permite a celebração de contratos de valor inferior a € 75 000, sem prejuízo do disposto no n.º 4, ou, caso a entidade adjudicante seja o Banco de Portugal ou uma das referidas no n.º 2 do artigo 2.º, de valor inferior ao referido na alínea b) do artigo 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março;

b) A escolha do concurso público ou do concurso limitado por prévia qualificação permite a celebração de contratos de qualquer valor, exceto quando os respetivos anúncios não sejam publicados no Jornal Oficial da União Europeia, caso em que só permite a celebração de contratos de valor inferior ao referido na alínea b) do artigo 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março.

A escolha da modalidade de procedimento tem ainda outros condicionamentos ou até exceções que competirão aos serviços jurídicos analisar caso a caso.

4. A Ordem e as suas particularidades

O facto de o CDN e as Regiões possuírem apenas um único número de contribuinte condiciona de forma significativa o procedimento a adotar uma vez que, mesmo que os concursos decorram individualmente, os seus valores são cumulativos e como tal condicionam o procedimento a adotar.

Por outro lado e para que a carga burocrática seja aliviada convém que a maioria dos concursos seja feita por um ano, prorrogável por mais dois (máximo de três anos para o mesmo fornecedor), o que agrava o condicionamento acima referido.

5. Decisões a tomar

Face ao que até aqui ficou descrito solicita-se ao CDN que se digne pronunciar sobre os seguintes aspetos:

1. Autorização para que se proceda a uma avaliação dos imóveis para efeito de aquisição de serviços de seguro de incêndio e recheio;
2. Autorização para que se proceda a uma avaliação de risco dos imóveis para o mesmo efeito;

3. Decisão sobre quais os serviços que devem ser objeto de procedimento de contratação pública envolvendo o CDN e todas as Regiões, incluindo as Secções regionais dos Açores e Madeira nos casos aplicáveis;
4. Decisão sobre os serviços que devem ser objeto de procedimento de contratação pública envolvendo apenas o CDN e a Região Sul

Lisboa, 22 de janeiro de 2015